

## **A desconstitucionalização dos parâmetros da previdência**

---

## **Uma previsão para o que acontecerá se a Reforma não for aprovada**

---

## **Taxa de desemprego do RS “esconde” cenário ainda muito crítico**

---

## **Informalidade bate recorde no Rio Grande do Sul**

---

FEDERAÇÃO DAS INDÚSTRIAS DO RIO GRANDE DO SUL

Av. Assis Brasil, 8787 Fone: (051) 3347.8731 Fax: (051) 3347.8795

UNIDADE DE ESTUDOS ECONÔMICOS

[www.fiergs.org.br/economia](http://www.fiergs.org.br/economia)

As opiniões emitidas nesta publicação são de exclusiva e inteira responsabilidade dos autores, não exprimindo, necessariamente, o ponto de vista desta Federação. É permitida a reprodução deste texto e dos dados contidos, desde que citada a fonte. Reproduções para fins comerciais são proibidas.

# A desconstitucionalização dos parâmetros da previdência

Semana passada foi apresentada a proposta para a reforma da Previdência. É possível fazer o *download* da apresentação da coletiva de imprensa, que resume os principais pontos da reforma, [clikando aqui](#). A reforma não pode ser encarada como a solução para todos os problemas do país, mas é a sinalização de que a crise das finanças públicas será endereçada da forma correta.

Nos últimos anos, diversos países aprovaram reformas da previdência com o objetivo adequar o Sistema ao envelhecimento da população e à realidade financeira mais restritiva. Todos os países enfrentaram grandes dificuldades nesse processo. Quando o sistema é de repartição simples, em que os trabalhadores da ativa arcam com pagamento dos benefícios dos aposentados, como é do sistema adotado pelo Brasil, as resistências tendem a ser ainda maiores.

Não reformar a Previdência significa transferir renda de uma camada mais pobre da sociedade para a outra mais rica. Também há uma transferência entre gerações. Os trabalhadores da ativa terão que arcar com os custos de um sistema muito generoso, mas que nunca terão oportunidade de usufruir. Uma parte maior da renda de cada trabalhador deixará de ser destinada ao consumo e aos investimentos para compor a massa tributária que irá sustentar as despesas com aposentados. Isso não somente é injusto, como também ruim para a distribuição de renda e para os incentivos.

Na medida em que sociedade a brasileira se transforma, novas mudanças nos parâmetros da previdência serão necessários. A previdência é um sistema em constante mutação e precisa ser adaptada, aprimorada e reformada na medida em que a realidade socioeconômica e demográfica se altera. Estamos gastando muito tempo para fazer uma reforma que deveria ocorrer de forma mais natural.

Nesse sentido, a desconstitucionalização prevista na PEC 6/2019 é algo que avaliamos como muito positivo. A proposta estabelece parâmetros que serão vigentes até que uma lei complementar específica sobre o tema seja aprovada. Isso é um avanço. A Constituição continuará garantindo e dando as grandes linhas do Sistema Previdenciário, mas os parâmetros poderão ser adaptados com maior rapidez e menor custo. Aprovar uma PEC, geralmente, tem um custo político elevado e pode trazer grande desgaste de popularidade, o que faz com que o Poder executivo não encontre um momento propício ou evite essa degradação do seu capital político.

Não podemos ignorar que há riscos das propostas serem deturpadas e, por exemplo, um grupo consiga pressionar para a aprovação uma lei complementar mais favorável a si, gerando uma injustiça ou desequilíbrio. Mas esse é o risco de ter um sistema mais flexível.

## Uma previsão para o que acontecerá se a Reforma não for aprovada

Um estudo publicado na semana passada pela Secretaria de Política Econômica, órgão ligado ao Ministério da Economia, buscou realizar projeções para o Brasil em cenários com e sem a aprovação da reforma da Previdência. Como é esperado, o prognóstico para o médio e longo prazo da economia brasileira será melhor com a aprovação da reforma.

O mecanismo pelo qual a reforma afeta a economia é através da deterioração das expectativas provocada pelo aumento na dívida pública. Em resumo, sem a reforma, o resultado primário piora, o que levará ao aumento na dívida pública e a consequente elevação do Risco país e da taxa de juros. Sabemos que com o aumento da taxa de juros, o crescimento será menor, impactando a arrecadação e piorando o resultado primário. Assim, fechamos um círculo vicioso.

A não aprovação resultaria um adicional de R\$ 1,1 trilhão em gastos previdenciários nos próximos 10 anos. Esse gasto teria de ser compensado por mais impostos, dívida e/ou inflação. Sem a aprovação, os déficits primários continuariam recorrentes e a Dívida Bruta do Governo Geral passaria de 77,1% do PIB, em 2018, para 102,3%, em 2023. Por consequência, a taxa Selic teria avançado dos atuais 6,5% a.a. para 18,5% a.a. daqui a cinco anos. Por outro lado, se fizermos a lição

de casa, a taxa Selic poderia ser estruturalmente mais baixa, podendo cair a 5,5% a.a. em 2023.

No cenário em que a reforma é aprovada, a economia brasileira aceleraria e a taxa média de crescimento seria de 2,9% ao ano nos próximos cinco anos. No caso oposto, desaceleramos para 0,8%, em 2019, 0,4% em 2020 e voltamos ao campo negativo em 2021. O PIB *per capita* no cenário favorável passaria de R\$ 32.816, em 2018, para R\$ 36.677, em 2023. Já no caso de frustração, voltaria para R\$ 30.905, em 2023.

A reforma também traria impactos na taxa de desemprego que poderá atingir 8,0%, no cenário favorável, ou 15,1% no caso da Nova Previdência não ser aprovada. Segundo o estudo, em 2023 poderíamos ter 8 milhões de empregos a mais na economia a partir da melhora da economia.

Os números catastróficos parecem ser criados para mobilizar a população e políticos. Em que pese o cenário mais positivo possa não ocorrer, pois depende de outros elementos, como o cenário externo, acreditamos que é muito difícil ter alguma expectativa positiva da economia brasileira sem a aprovação da reforma da Previdência.

## Taxa de desemprego do RS “esconde” cenário ainda muito crítico

A taxa de desemprego do Rio Grande do Sul foi de 7,4% da força de trabalho no quarto trimestre de 2018, segundo dados da PNAD Contínua, do IBGE, divulgados na semana passada. Em relação ao terceiro trimestre houve queda de 0,8 ponto percentual e frente ao mesmo trimestre do ano anterior a retração foi de 0,6 ponto percentual.

O movimento de queda na taxa de desemprego do quarto trimestre, na comparação interanual (4ºT18/4ºT17), contou redução tanto no número de desempregados (-37 mil pessoas, caindo para 449 mil) quanto no número de empregados (-17 mil pessoas, caindo para 5,589 milhões). Além disso, a queda na ocupação só não foi maior por conta dos empregos gerados na informalidade – tema abordado com mais detalhes no artigo abaixo.

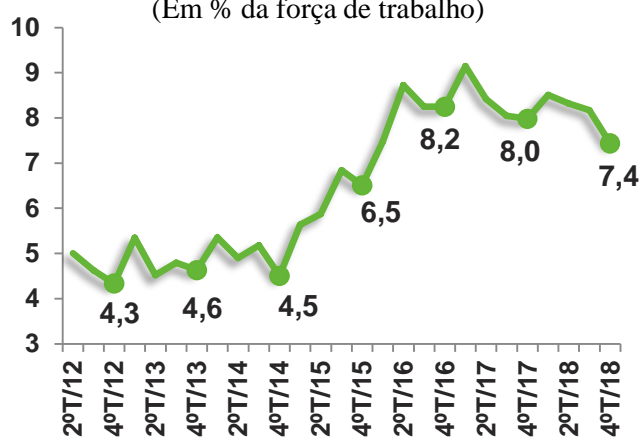
Dado que a população em idade de trabalhar (14 anos ou mais) contou com ingresso de 62 mil pessoas, a combinação desses movimentos evidencia que há um grande contingente deixando o mercado de trabalho e entrando na chamada população fora da força de trabalho. Esses indivíduos, portanto, não entram no cálculo da taxa de desemprego. Em um ano, 115 mil pessoas realizaram esse deslocamento, entre as quais estão incluídas as que se aposentaram ou pararam de procurar emprego.

As estatísticas tradicionais de desemprego não mostram a situação de uma grande parcela da

população que se encontra subutilizada no mercado de trabalho. Além dos 449 mil desempregados, o RS conta com 269 mil pessoas que trabalham menos horas do que gostariam e 169 mil que procuraram emprego, mas não estavam disponíveis para trabalhar ou não procuraram emprego, mas estavam disponíveis para trabalhar. Neste último caso, 77 mil fazem parte do grupo de desalentados, ou seja, pessoas que perderam as esperanças de encontrar um emprego. Portanto, somando todas essas pessoas, são 887 mil em situação desfavorável em solo gaúcho que clamam por melhores oportunidades no mercado de trabalho.

### Taxa de desemprego – RS

(Em % da força de trabalho)



Fonte: IBGE/PNAD Contínua.

## Informalidade bate recorde no Rio Grande do Sul

Recentemente, no Informe Econômico nº 06/2019, mostramos que a queda da taxa de desemprego do Brasil está ocorrendo por conta do aumento da informalidade. Com a divulgação dos dados da PNAD Contínua/IBGE por Unidades da Federação, é possível estender a análise para o mercado de trabalho gaúcho.

No quarto trimestre de 2018, 5.589 mil pessoas estavam ocupadas no RS. Frente ao mesmo período de 2017, houve perda de 17 mil ocupados. No entanto, quando desagregamos os dados entre o mercado formal e informal percebe-se um desempenho antagônico entre eles, conforme a tabela ao lado.

Por um lado, o mercado formal apresentou saldo negativo de 39 mil empregos, com destaque para a perda de 56 mil empregadores com CNPJ e 19 mil domésticos com carteira. O lado positivo foi a criação de 31 mil empregos no setor privado com carteira. Por outro lado, houve geração de 22 mil vagas no mercado informal, saldo puxado pelos 50 mil novos trabalhadores por conta própria sem CNPJ e 26 mil domésticos sem carteira.

Com isso, a taxa de informalidade do RS – proporção de trabalhadores informais no contingente de ocupados – foi de 36,6% no último trimestre de 2018, o maior valor desde o início da pesquisa em 2012.

Portanto, a melhora recente dos indicadores de desemprego, tanto no Brasil quanto no RS, se devem ao aumento da informalidade, ou seja, com empregos que pagam relativamente menores salários e não oferecem garantias para o trabalhador.

### População ocupada – RS

(Em mil pessoas)

	4ºT/17	4ºT/18	Var. Abs	Var. %
<b>POPULAÇÃO OCUPADA</b>	<b>5.606</b>	<b>5.589</b>	<b>-17</b>	<b>-0,3</b>
<b>MERCADO FORMAL</b>	<b>3.583</b>	<b>3.544</b>	<b>-39</b>	<b>-1,1</b>
Privado com carteira	2.179	2.210	31	1,4
Doméstico com carteira	110	91	-19	-17,3
Setor público com carteira	83	85	2	2,4
Militar e servidor estatutário	471	479	8	1,7
Empregador com CNPJ	311	255	-56	-18,0
Conta-própria com CNPJ	429	424	-5	-1,2
<b>MERCADO INFORMAL</b>	<b>2.023</b>	<b>2.045</b>	<b>22</b>	<b>1,1</b>
Privado sem carteira	506	484	-22	-4,3
Doméstico sem carteira	222	248	26	11,7
Setor público sem carteira	107	96	-11	-10,3
Empregador sem CNPJ	51	41	-10	-19,6
Conta-própria sem CNPJ	924	974	50	5,4
Familiar auxiliar	213	202	-11	-5,2
<b>Taxa de informalidade (%)</b>	<b>36,1</b>	<b>36,6</b>	<b>0,5</b>	<b>1,4</b>

Fonte: IBGE/PNAD Contínua.